

Porto Alegre, 25 de abril de 1990.

Senhor Secretário:

Os funcionários da Secretaria Municipal da Cultura vêm expressar a Vossa Senhoria seu posicionamento a respeito da proposta de reforma administrativa, quanto aos aspectos referentes ao agrupamento dos setores Esportes, Recreação, Lazer e Turismo, representados pela FESC, SERP, e EPATUR, ao setor Cultura, bem como o desmembramento da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural. Esclarecemos que tal posicionamento teve origem em Assembleia Geral, assim como a aprovação do texto que segue.

No exame da proposta apresentada, consideramos os seguintes aspectos:

1 - A idéia de criar um órgão que reunisse Esportes, Turismo, Recreação e Cultura não é nova. Em 1986, o então prefeito Alceu Collares encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei neste sentido. Foi instado a retirá-lo mesmo possuindo maioria dos votos, o que ocasionou considerável desgaste político para sua administração. Na ocasião, o vereador Antônio Hohlfeldt liderou a oposição à proposta apresentada.

2 - A criação da SMCultura, em 1988, representou o reconhecimento político de um setor que vinha crescendo desordenadamente, necessitando atualizar sua organização, sob pena de esgotar-se. A proposta constituiu-se no justo resgate ao setor cultural da cidade que, desde 13 de março de 1964, quando da criação da então denominada Divisão de Cultura Popular, não recebia qualquer contribuição substancial em termos de organização ou destinação de recursos.

.

. Ilmo. Sr.
. Jorn. Luiz Paulo de Pilla Vares
. M.D. Secretário Municipal da Cultura

.

Assim, a criação da SMCultura representou a união da vontade política (aprovada unanimemente pela Câmara Municipal), com as aspirações da comunidade cultural da cidade (a qual foi amplamente consultada durante a elaboração do projeto) e o trabalho dos funcionários da então Divisão de Cultura.

Nos dois momentos históricos citados, Sr. Secretário, as administrações vieram a reboque da vontade da comunidade e nada mais fizeram do que atender ao que era exigido pelos contribuintes.

3 - Não obstante as manifestações da Administração Municipal - tanto da anterior como da atual - no sentido da valorização do setor cultural, a nova Secretaria continua precariamente instalada nas dependências do Centro Municipal de Cultura, parcamente equipado no que se refere a material permanente (máquinas, mobiliários, equipamentos especializados nas Casas de Espectáculos, no Museu de Porto Alegre e no Arquivo Histórico de Porto Alegre) sem um quadro de pessoal específico e em número suficiente. A equipe luta por condições básicas de infra-estrutura e pode-se afirmar que a viabilização da Secretaria é muito mais fruto da vontade de seus funcionários - efetivos e comissionados - do que a representação de um aporte substancial de recursos da administração.

4 - A experiência de agrupar Cultura, Esporte e Turismo foi realizada pelo Governo do Estado, na administração Amaral de Souza. Não tendo sido considerada satisfatória, foi abandonada pelos governos seguintes.

A nível estadual, a comunidade tem lutado pela criação de uma Secretaria exclusiva para a Cultura, usando como exemplo os bons resultados alcançados pela pequena Secretaria Municipal de Porto Alegre. Tal afirmativa foi referida nos anais do

.

.

1º Congresso Estadual de Cultura, realizado em 1989, em Porto Alegre, que aponta, em suas conclusões, para o exemplo de nossa cidade.

5 - É nosso entendimento que a Cultura, bem como o Esporte e o Turismo, possuem dinâmica própria, e seu desenvolvimento resulta de uma política definida, necessitando de métodos, técnicas e instrumentos coerentes com o seu caráter. A única semelhança que estas áreas guardam entre si é o fato de serem, via de regra, relegadas a um segundo plano por todas as administrações.

A exemplo do que aconteceu no plano federal, com a extinção do MINC e de todos os demais organismos culturais, a ampliação indiscriminada da SMCultura teria o mesmo significado a nível municipal, porque subtrairia aos intelectuais e artistas locais um importante reduto de expressão: o fazer cultural voltaria ao nível da recreação, da mera ocupação do tempo livre. Saliente-se que este é o enfoque dos governos reacionários, que colocam a atividade cultural com fins escapistas. O que a proposta do governo Collor faz de maneira explícita, a proposta em estudo oportuniza, em termos da inviabilização de um trabalho cultural sério, politicamente subsistente e com repercussões na comunidade.

6 - Consideramos um equívoco associar a descentralização da ação cultural à posse de equipamentos. À política de estender a ação às comunidades periféricas, não corresponde a necessidade de uma "rede de centros culturais", de difícil manutenção para esta Secretaria. Prioritário é dar um novo significado ao cenário urbano: ruas, praças, escolas e associações, dentre outros, constituem-se em equipamentos já instalados e inseridos no cotidiano das pessoas. Sua animação cultural é possível e necessária, para uma democratização dos atos culturais.

.

.

7 - É nossa compreensão que a política cultural não se configura exclusivamente por uma sucessão de eventos. As próprias finalidades da SMCultura exigem a incidência num processo globalizante que reúna o formar, e o informar, o dar acesso e o educar, o estimular, o preservar e o acervar.

Aqui se insere nossa preocupação com a destinação da EPAHC. A nosso ver, a ação de preservar, desempenhada pela EPAHC, precisa estar vinculada à ação cultural, porque não se resume ao projetar e executar obras. Pressupõe, além destas, toda uma série de ações de pesquisa histórica e arquitetônica, estudo de técnicas de restauro e um trabalho de conscientização junto à comunidade. Agregar a EPAHC a uma Secretaria de Obras, significaria dilapidar ainda mais o nosso pequeno e agredido Patrimônio Histórico.

DESTA MANEIRA, E EM FACE DO EXPOSTO, NÓS, FUNCIONÁRIOS EFETIVOS DA SMCULTURA, MANIFESTAMO-NOS CONTRÁRIOS À PROPOSTA DE AGREGAÇÃO DA SERP, EPATUR E FESC À CULTURA. NÃO CONCORDAMOS COM O DESMEMBRAMENTO DA EPAHC, QUE PRECISA CONTINUAR VINCULADA À SMC, SOB PENA DE PERDER SEU CONTEÚDO. ENTENDEMOS, AINDA, QUE A CENTRALIZAÇÃO DAS TAREFAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, CONFORME O PROPOSTO, DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS, IMPLICARÁ O AUMENTO DA BUROCRACIA, AÍ IMPLÍCITA A PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE PRESTAMOS À COMUNIDADE EM NOSSOS TEATROS, AUDITÓRIOS, GALERIAS, MUSEU, ARQUIVO, BIBLIOTECA E ATELIER LIVRE.

É nossa opinião que é necessária uma agilização da estrutura da SMC, bem como das propostas de descentralização da ação cultural. Lidamos com a criatividade e com o pensamento da cidade, dinâmicos na sua essência. Esta dinamicidade deve ser respeitada, através de reavaliações permanentes de nossas formas

.

.

de trabalho.

Não concordamos, entretanto, que as propostas de modificação sejam apresentadas em documentos cujas conclusões e sugestões vêm permeadas de flagrante preconceito e idéias pré-concebidas em relação à administração municipal.

Pleiteamos, isto sim, que reformas tão profundas passem por uma ampla discussão, em que os setores culturais, comunitários e outros segmentos diretamente envolvidos sejam consultados. Pleiteamos, ainda, o direito à participação dos funcionários efetivos da Prefeitura nestas discussões.

Senhor Secretário, sabemos que há os que afirmam que esporte é cultura, lazer é cultura, turismo é cultura e assim por diante. Respeitamos estas opiniões, mas nem por esta razão concordamos com a criação de uma super-secretaria para dar guarida a todas estas manifestações do engenho humano.

Há dois anos atrás, nós, funcionários, defendemos a criação de uma Secretaria da Cultura, separada da Educação. Isto não significou que entendêssemos que Educação não era Cultura ou vice-versa. Entendíamos, sim que tanto a Educação como o Esporte, o Turismo e a Recreação possuem caráter próprio e diferentes metodologias na sua viabilização.

Hoje sabemos, na prática, que isolada da imensa problemática da Educação, a Cultura pode prestar serviços mais relevantes à comunidade. Voltar atrás, e atrelar a Cultura a finalidades que não lhe são precípuas, a nosso ver, é um retrocesso que Porto Alegre não merece.

Também não aceitamos que a desinformação leve muitos a acreditar que a ação da SMCultura volta-se para atender apenas a uma pequena elite. O Projeto de Descentralização Cultural procura atingir todos os grupos populacionais, através de metodologia que engloba o fazer, o participar, o assitir, bem

.

.

como o apoiar as expressões culturais da comunidade.

Por fim, acreditamos que ação cultural não pode e não deve se restringir a espaços definidos "a priori" como espaços culturais. Devemos nos inserir no meio urbano de maneira ampla, uma vez que onde a ação junta-se ao pensamento e é realizada com a criatividade do ser humano, aí está a Cultura.

Atenciosamente,

Funcionários da Secretaria Municipal da Cultura.